

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Políticas de Ações Afirmativas:
experiências e desafios

v.30 n.1

Jan-Jun/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORIA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.1

Kátia Sento Sé Mello UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Lois Mailou Jones (1905-1998)
Heritage, 1936.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](https://www.instagram.com/revistapraia vermelha)


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.


CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	5
	<i>Patricia Silveira de Farias & Kátia Sento Sé Mello</i>	
DOSSIÊ	Ações Afirmativas como interface dos direitos humanos e sua presença na legislação brasileira	9
	<i>Marcio Toledo Rodrigues</i>	
	Lutas por Direitos em Campos de Poder: em foco o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas-RJ	34
	<i>Ludmila Maria Moreira Lima</i>	
	Formação militante e ação afirmativa: reflexões sobre a prática e o projeto da Educafro	62
	<i>Márcia Leitão Pinheiro & Elielma Ayres Machado</i>	
	Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: Retrocessos e Desigualdade no Acesso à Educação	88
	<i>Nino Rafael Medeiros Kruger & Isabela Baptista Alves</i>	
	Ação Afirmativa, Memória e Reconhecimento: Relações Raciais e Experiências Negras nas narrativas do Rap	115
	<i>Jéssica Hipólito, José Jairo Vieira & Andrea Lopes da Costa Vieira</i>	
TEMAS LIVRES	A condição de classe em debate: reflexões teóricas e históricas	138
	<i>Thiago Bazi Brandão</i>	
	O sub-registro de nascimento e as ações para sua erradicação na cidade do Rio de Janeiro	163
	<i>Vinicius Monteiro Oliveira de Souza</i>	
	Trabalho Do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública	187
	<i>Alzira Mitz Bernardes Guarany</i>	
ENTREVISTA	Mary Garcia Castro	212
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>	

 Você está aqui.



Apresentação

Este dossiê reúne artigos que apresentam reflexões sobre os impactos, significados, dilemas, disputas e impasses pertinentes à implantação de políticas de ações afirmativas no Brasil. Trata-se de um debate que vem marcando o campo das políticas públicas no país desde a década de 90 do século XX, e que amplia seu alcance no século XXI, no bojo de movimentos sociais e das demandas por enfrentamento das desigualdades históricas a que estão expostos diversos segmentos da sociedade brasileira. Este tipo de política, no Brasil, e também no mundo, engloba, portanto, iniciativas públicas que persigam a equidade social e combatam a desigualdade e a exclusão, seja no campo das políticas de igualdade étnico-racial, de gênero, indígenas, de acessibilidade ou de direitos LGBTQI. É nesta perspectiva que se propõe aqui a publicação de artigos que versem sobre este debate em suas mais variadas dimensões.

Neste sentido, o dossiê se une aos esforços de uma grande gama de pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, buscando contribuir para o aprofundamento da discussão, a partir de alguns eixos, tais como: quais os argumentos e as justificativas que estão em disputa no espaço público sobre a implantação deste tipo de política pelo Estado brasileiro? Quais as experiências acumuladas nos diversos setores da vida social, no país e no mundo? Quais os principais dilemas e obstáculos existentes tanto do ponto de vista das estruturas institucionais quanto sociais? Que representações sociais são desveladas do debate sobre o tema? Como tem sido a participação dos movimentos sociais, políticos, e mesmo das expressões e grupos artísticos neste cenário?

Nossa intenção, ao que parece, foi bastante bem acolhida. Recebemos, para nossa alegria, artigos de várias áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, o que, do nosso ponto de vista, tanto corroborou a necessidade e a premência de uma discussão transversal, como amplia a compreensão desta dinâmica que é necessariamente transdisciplinar.

Este dossiê se insere, igualmente, no âmbito das pesquisas e reflexões conduzidas pelo Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM)/CNPq – PPGSS/ESS/UFRJ), que foca sua atenção teórico-metodológica nas

Patricia Silveira de Farias

Pós-doutora em Estudos Culturais (PACC-Letras/UFRJ), onde atuou posteriormente como vice-coordenadora do Programa de Pós-Doutorado em Estudos Culturais. Formada em Comunicação Social (PUC/RJ), tem mestrado em Teoria da Comunicação e da Cultura (ECO/UFRJ) e doutorado em Antropologia Cultural (IFCS/UFRJ). Professora associada da Escola de Serviço Social da UFRJ, atua no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos, e membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia, além de pesquisadora associada ao INCT-InEAC-NEPEAC/UFF, ao NUPPIT/ESS/UFRJ e ao PACC-Letras/UFRJ.

Kátia Sento Sé Mello

Doutora em Antropologia pelo PPGA/ICHF da Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM)/CNPq. Membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia. Pesquisadora associada ao INCT-InEAC-NEPEAC/UFF, ao NUSIS-PPGSS/UFRJ, NECVU-IFCS/UFRJ e GESC-UNICEN/Argentina.

diferentes formas de administração de conflitos e suas diversas problematizações, formais e informais, no espaço público, assim como suas demandas por direitos e reconhecimento no contexto da construção de políticas públicas.

Foram selecionados para este dossiê cinco artigos, que propõem diferentes abordagens, objetos e metodologias. O primeiro, do historiador Márcio Toledo, tem escopo mais para o geral, e procura compreender as Políticas de Ação Afirmativa como uma das interfaces dos Direitos Humanos em sua defesa pela promoção da inclusão das minorias e como um instrumento para o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e ao racismo. No Brasil, esse debate teve reflexos concretos no ordenamento jurídico, o que favoreceu o uso desses direitos como instrumentos de mobilização para cobrar do Estado o seu engajamento na implementação de ações afirmativas, sobretudo aquelas voltadas à população negra, como, por exemplo, a Lei 12.711/12 ou “Lei de cotas”.

O segundo artigo, da antropóloga Ludmila Moreira Lima (Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO), examina os desafios enfrentados pelo Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar suas potencialidades e limites para atender às reivindicações e direitos das comunidades indígenas locais. Neste contexto, busca refletir sobre os dilemas que esse Conselho vem enfrentando diante das estruturas institucionais e sociais vigentes e sobre o que está em disputa nos espaços públicos formais e informais para a efetividade de suas atribuições. E indaga como, na condição de sujeitos de direitos, agentes e “beneficiários” de ações governamentais, os indígenas atuantes no CEDIND, num processo de negociação permanente, estão se redefinindo, significando e afirmando autonomias, questionando agentes e serviços públicos e, nesse sentido, induzindo-os a se transformarem.

O artigo dos assistentes sociais Nino Kruger e Isabela Baptista Alves (Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos/Universidade Federal de Pelotas-RS) rememora os processos de exclusão e desigualdades presentes historicamente no ingresso e permanência de estudantes no ensino superior. Neste universo, são abordadas questões referentes à classe,

Apresentação

Patricia Silveira de Farias
Kátia Sento Sé Mello

gênero e etnia, fundamentais para a compreensão da existência e resistência desigual dos sujeitos que neste processo se inserem, e que justificam a importância e desenvolvimento de Políticas de Ações Afirmativas.

Os outros dois artigos se assemelham no esforço de ampliar o próprio espectro daquilo que é reconhecido como o campo das políticas de Ação Afirmativa, trazendo reflexões instigantes sobre as imbricações entre memória, arte e militância. Neste sentido, se propõe, como desafios, pensar sobre novas aplicações e desdobramentos futuros para este tipo de política. O artigo das antropólogas Márcia Leitão Pinheiro (Laboratório de Estudos Sobre a Sociedade Civil e o Estado/UENF) e Elielma Ayres Machado (Depto. Ciências Sociais e Educação/Faculdade de Educação/UERJ), por exemplo, se dedica a refletir sobre como a rede de cursos Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) relaciona seu estudante num contexto de luta em defesa das políticas afirmativas. Para tanto, empreende ações que corroboram experiência social e política para os estudantes, que se tornam *militantes/ativistas*. As autoras utilizam entrevistas em profundidade, descrição etnográfica, análise de materiais audiovisuais e textuais, que evidenciam a concepção e as interações narrativas e espaciais estabelecidas por essa rede de ensino em prol de políticas de ação afirmativa na educação brasileira.

Em outro campo, a socióloga Andréa Lopes da Costa Vieira (Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO), o antropólogo Jairo Vieira (Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRJ) e a museóloga Jessica Maria Santana Vasconcellos Hipólito (Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO) empreendem um percurso analítico no universo do *rap* para discutir ações afirmativas num sentido mais amplo. Desta forma, os autores entendem que as ações afirmativas, a partir dos anos 1990, foram estimuladas pelas discussões sobre democratização da Educação, porém que é correto entender que lutas por visibilidade e valorização racial ainda estão presentes como parte das reivindicações do movimento negro brasileiro. Assim, memória e reconhecimento são historicamente usados no combate à desigualdade e discriminação racial, e, recentemente, excederam o campo das políticas sociais, o que pode ser verificado, por exemplo, no estilo musical *rap*. O artigo

Apresentação

Patricia Silveira de Farias
Kátia Sento Sé Mello

objetiva, assim, verificar a produção de narrativas sobre memória e reconhecimento, através da análise dos elementos raciais apresentados em letras de *rap*.

Não temos dúvida de que as análises aqui apresentadas ampliam a visibilidade e o alcance que a temática pode abarcar, mostrando ainda que o esforço transdisciplinar é um trunfo valioso para aprofundar o conhecimento e propiciar ações mais efetivas no enfrentamento das desigualdades sociais no contexto brasileiro.

Boa leitura!

Patricia Silveira de Farias & Kátia Sento Sé Mello



Este número da Revista Praia Vermelha foi projetado e diagramado em abril e maio de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).